

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONDESADAS

Individuais e Consolidadas

31 de março de 2024

ALIANÇA

A nova geração da energia.

SUMÁRIO

Relatório dos auditores independentes	3
Balanços patrimoniais	5
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Demonstrações do valor adicionado	11
1 Contexto operacional	12
2 Base de preparação e apresentação	13
3 Caixa e equivalentes de caixa	14
4 Aplicações financeiras	14
5 Contas a receber	14
6 Investimentos	15
7 Imobilizado	18
8 Intangível	20
9 Fornecedores	21
10 Tributos a recolher sobre o lucro	22
11 Concessões a pagar	23
12 Financiamentos e debêntures	24
13 Provisão para compromissos futuros	26
14 Processos judiciais	26
15 Patrimônio líquido	30
16 Receita líquida	30
17 Custos e despesas operacionais	31
18 Receitas e despesas financeiras	32
19 Transações com partes relacionadas	32
20 Instrumentos financeiros	33
21 Cobertura de seguros	40
22 Compromissos	40
23 Informações complementares ao fluxo de caixa	41



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de demonstrações financeiras intermediárias condensadas, individuais e consolidadas

Aos Conselheiros e Diretores da
Aliança Geração de Energia S.A.
Belo Horizonte - MG

Introdução

Revisamos as demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas da Aliança Geração de Energia S.A (“Companhia) em 31 de março de 2024, que compreendem os balanços patrimoniais condensados, individuais e consolidados, em 31 de março de 2024 e as respectivas demonstrações condensadas, individuais e consolidadas, do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, e as notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e apresentação adequada das demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo o CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e das demonstrações financeiras intermediárias condensadas consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo o CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), incluindo a IAS 34 – *Interim Financial Reporting*. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). A revisão de demonstrações financeiras intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e, consequentemente, não nos permite obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Conclusão sobre as demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias individuais condensadas, acima referidas, não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual da Companhia em 31 de março de 2024, o desempenho individual de suas operações para o período de três meses findos naquela data e os seus fluxos de caixa individuais para o período de três meses findo naquela data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os requerimentos do CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária.

Conclusão sobre as demonstrações financeiras intermediárias condensadas consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias condensadas consolidadas, acima referidas, não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Companhia em 31 de março de 2024, o desempenho consolidado de suas operações para o período de três meses findos naquela data e os seus fluxos de caixa consolidados para o período de três meses findos naquela data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os requerimentos do CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), incluindo a IAS 34 – *Interim Financial Reporting*.

Ênfase - Transações com partes relacionadas

Chamamos a atenção para o fato de que parte substancial das operações de venda de energia da Companhia são realizadas com partes relacionadas, conforme descrito na nota explicativa nº 19. Portanto, as demonstrações financeiras intermediárias condensadas acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações financeiras intermediárias condensadas, individuais e consolidadas, incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período três meses findos em 31 de março de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais e consolidadas, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as demonstrações financeiras intermediárias condensadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de forma consistente em relação às demonstrações financeiras intermediárias condensadas, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 29 de maio de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-MG

Mateus Cunha Figueiredo
Contador CRC MG-105612/O-0

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Balanços patrimoniais

Em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro 2023, em milhares de reais.

ATIVO	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	3	155.130	270.672	283.891	381.823
Aplicações financeiras	4	206.244	82.248	216.028	92.836
Contas a receber	5	114.933	133.927	131.498	151.967
Estoques		8.643	8.480	9.880	9.587
Tributos a recuperar		1.801	3.887	4.093	6.647
Dividendos a receber	19	30.998	27.794	-	-
Outros valores a receber		10.036	13.238	11.858	16.281
Total do ativo circulante		527.785	540.246	657.248	659.141
NÃO CIRCULANTE					
Aplicações financeiras	4	-	-	16.590	15.419
Tributos a recuperar		-	-	1.583	1.583
Depósitos vinculados a litígios	14.b	7.273	7.120	7.806	7.640
Outros valores a receber de partes relacionadas	19	171.012	165.885	171.012	165.977
Outros valores a receber		4.426	2.841	4.426	2.841
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.1	-	-	746	915
		182.711	175.846	202.163	194.375
Investimento	6	1.691.536	1.660.435	-	-
Imobilizado	7	1.230.624	1.250.695	2.996.615	2.998.838
Intangível	8	593.799	607.056	635.178	649.326
Total do ativo não circulante		3.698.670	3.694.032	3.833.956	3.842.539
Total do ativo		4.226.455	4.234.278	4.491.204	4.501.680

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

Balanços patrimoniais

Em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro 2023, em milhares de reais.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
CIRCULANTE					
Fornecedores	9	14.899	42.108	49.682	76.371
Salários e encargos a pagar		11.542	16.311	11.542	16.312
Tributos e contribuições sociais a recolher		9.643	10.172	10.459	11.560
Tributos a recolher sobre o lucro	10	23.447	98.565	24.765	99.325
Concessões a pagar	11	41.033	41.037	41.033	41.037
Financiamentos e debêntures	12	76.595	101.749	89.303	114.206
Arrendamentos		1.130	1.374	3.020	3.245
Encargos regulatórios a recolher		7.729	6.149	7.814	6.205
Provisão para compromissos futuros	13	19.959	18.360	23.773	21.524
Dividendos a pagar	15.a	186.423	186.423	186.423	186.423
Outros passivos		6.133	11.783	6.174	11.905
Total do passivo circulante		398.533	534.031	453.988	588.113
NÃO CIRCULANTE					
Concessões a pagar	11	212.856	217.446	212.856	217.446
Financiamentos e debêntures	12	1.101.701	1.068.240	1.266.131	1.235.577
Arrendamentos		1.204	1.521	18.882	20.037
Encargos regulatórios a recolher		1.704	676	1.704	676
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.1	306.486	296.994	306.486	296.994
Provisão para compromissos futuros	13	80.077	82.454	107.263	109.921
Provisões para processos judiciais	14	181.137	175.011	181.137	175.011
Total do passivo não circulante		1.885.165	1.842.342	2.094.459	2.055.662
Total dos passivos		2.283.698	2.376.373	2.548.447	2.643.775
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
	15				
Capital social		1.291.488	1.291.488	1.291.488	1.291.488
Reserva de capital		566.417	566.417	566.417	566.417
Lucros acumulados		84.852	-	84.852	-
Total do patrimônio líquido		1.942.757	1.857.905	1.942.757	1.857.905
Total do passivo e do patrimônio líquido		4.226.455	4.234.278	4.491.204	4.501.680

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

Demonstrações do resultado

Para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2024 e 2023, em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

	Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/03/2024	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2023
RECEITA LÍQUIDA	16	257.542	268.531	301.248	300.891
CUSTOS OPERACIONAIS	17.a	(80.707)	(94.212)	(114.669)	(116.238)
LUCRO BRUTO		176.835	174.319	186.579	184.653
Despesas gerais e administrativas	17.b	(11.105)	(9.541)	(11.407)	(10.059)
Outras (despesas) receitas operacionais	17.b	479	(116)	(116)	(130)
Resultado de equivalência patrimonial	6.b	4.574	5.742	-	-
TOTAL DAS (DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS		(6.052)	(3.915)	(11.523)	(10.189)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCIERO E IMPOSTOS		170.783	170.404	175.056	174.464
Receitas financeiras	18	9.038	14.782	12.930	17.728
Despesas financeiras	18	(53.556)	(47.939)	(58.622)	(53.159)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	10.2	126.265	137.247	129.364	139.033
Imposto de renda e contribuição social correntes	10.2	(31.921)	(37.252)	(34.851)	(39.000)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.2	(9.492)	(7.546)	(9.661)	(7.584)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	15.d	84.852	92.449	84.852	92.449
Lucro líquido básico e diluído por ação – R\$	15.d	0,07	0,07	0,07	0,07
Quantidade média ponderada de ações (em milhares)	15.d	1.291.582	1.291.582	1.291.582	1.291.582

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

Demonstrações do resultado abrangente

Para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2024 e 2023, em milhares de reais.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2024	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2023
Lucro líquido do período	84.852	92.449	84.852	92.449
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	84.852	92.449	84.852	92.449

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido controladora e consolidado

Para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2024 e 2023, em milhares de reais.

Nota	Capital Social	Reserva de capital	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2022	1.291.488	566.417	181.084	-	2.038.989
Lucro líquido do período	15.d	-	-	-	92.449
Em 31 de março de 2023	1.291.488	566.417	181.084	92.449	2.131.438
Em 31 de dezembro de 2023	1.291.488	566.417	-	-	1.857.905
Lucro líquido do período	15.d	-	-	-	84.852
Em 31 de março de 2024	1.291.488	566.417	-	84.852	1.942.757

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2024 e 2023, em milhares de reais.

Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2024	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2023
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro líquido do período	84.852	92.449	84.852	92.449
Ajustes por:				
Depreciação e amortização	7 e 8	32.943	32.679	50.231
Baias líquidas de imobilizado e intangível	7 e 8	911	12	2.495
Resultado de equivalência patrimonial	17.b	(4.574)	(5.742)	-
Juros, variações monetárias e outras variações financeiras		53.455	46.963	58.462
Imposto de renda e contribuição social		41.413	44.798	44.512
Amortização do juros capitalizados		1.053	857	-
Provisões para processos judiciais		999	297	999
	211.052	212.313	241.551	236.693
Variação de ativos e passivos				
Contas a receber		18.994	3.002	20.469
Tributos a recuperar		(2.426)	(100.992)	(1.958)
Depósitos judiciais	14.b	(715)	(175)	(728)
Outros ativos		1.454	4.409	2.637
Fornecedores		(27.209)	(31.595)	(26.689)
Salários e encargos a pagar		(4.769)	(3.097)	(4.770)
Tributos e contribuições sociais		26.091	98.715	23.147
Provisão para compromissos futuros	13	(3.210)	(3.383)	(3.409)
Outros passivos		(3.042)	(10.832)	(3.094)
	5.168	(43.948)	5.605	(44.548)
Caixa gerado pelas operações	216.220	168.365	247.156	192.145
Imposto de renda e contribuição social pagos		(105.169)	(11.556)	(105.169)
Tributos e contribuições sociais pagos		(23.978)	-	(23.978)
Juros pagos	12	(13.978)	(13.819)	(17.692)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	73.095	142.990	100.317	162.871
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Adições no imobilizado e no intangível	7 e 8	(766)	(5.175)	(27.924)
Aumento/Integralização de capital em controladas	6	(21.346)	(95.680)	-
Dividendos recebidos		-	7.291	-
Novas aplicações financeiras		(296.004)	(309.199)	(385.892)
Resgates de aplicações financeiras		172.008	180.820	261.529
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(146.108)	(221.943)	(152.287)	(240.283)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Pagamentos de financiamentos e debêntures	12	(13.240)	(13.240)	(16.197)
Pagamentos de arrendamentos		(380)	(387)	(856)
Pagamento de concessões	11	(28.909)	(31.052)	(28.909)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(42.529)	(44.679)	(45.962)	(47.711)
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	(115.542)	(123.632)	(97.932)	(125.123)
No início do período		270.672	422.189	381.823
No fim do período		155.130	298.557	283.891
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(115.542)	(123.632)	(97.932)	(125.123)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

Demonstrações do valor adicionado

Para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2024 e 2023, em milhares de reais.

Nota	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2024	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2023
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR				
Receitas	298.935	312.488	349.533	351.089
Venda de energia	16	298.407	312.189	349.265
Outras receitas		528	299	268
Insumos adquiridos de terceiros	(17.657)	(36.835)	(30.462)	(42.682)
Custos com aquisição de energia para revenda	17.a	(3.407)	(22.724)	(9.923)
Serviços de Terceiros		(13.616)	(13.694)	(19.902)
Materiais		(634)	(417)	(637)
Outros custos operacionais:	(37.828)	(32.330)	(42.773)	(36.869)
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	17.a	(17.912)	(17.053)	(22.212)
Compensação Financeira Utilização Recursos Hídricos	16.b	(9.988)	(8.472)	(9.988)
Encargos regulatórios		(3.766)	(3.781)	(4.019)
Outros		(6.162)	(3.024)	(6.554)
Valor adicionado bruto	243.450	243.323	276.298	271.538
Retenções				
Depreciação e amortização	7 e 8	(32.943)	(32.679)	(50.231)
Valor adicionado líquido	210.507	210.644	226.067	226.553
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	17.b	4.574	5.742	-
Receitas financeiras	18	9.037	14.782	12.930
Valor adicionado a distribuir	224.118	231.168	238.997	244.281
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Empregados	15.749	13.288	15.764	13.289
Remuneração direta		12.862	10.084	12.862
Benefícios		2.320	2.736	2.335
FGTS		567	468	567
Impostos, taxas e contribuições	69.069	76.628	78.676	84.488
Federais		68.962	73.472	74.246
Estaduais		12	3.069	4.318
Municipais		95	87	112
Remuneração de capitais de terceiros	54.448	48.803	59.705	54.055
Juros		52.916	47.841	57.923
Aluguéis		809	795	900
Outras despesas financeiras		723	167	882
Remuneração de capitais próprios	84.852	92.449	84.852	92.449
Dividendos retidos		84.852	92.449	84.852
Valor adicionado distribuído	224.118	231.168	238.997	244.281

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

1 | Contexto operacional

A Aliança Geração de Energia S.A. (“Aliança”, “Controladora” ou “Companhia”) é uma Sociedade Anônima de Capital Fechado, com o início de suas operações a partir de 27 de fevereiro de 2015, data em que ocorreu a transferência de ativos de geração de energia elétrica de seus acionistas, Vale S.A. (“Vale”) e Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig GT”). A Companhia, anteriormente denominada Central Eólica Santo Inácio V Ltda. E Vale Geração de Energia S.A., passou a ter a denominação de Aliança Geração de Energia S.A. em 17 de janeiro de 2014, tendo a Cemig GT ingressado como acionista em 5 de agosto de 2014, data em que ocorreu a assinatura do Acordo de Associação firmado entre os acionistas, o qual deu origem à *joint venture*. A Companhia é domiciliada no Brasil, com endereço na Rua Matias Cardoso, 169, 9º andar, Bairro Santo Agostinho, Município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

A Aliança tem por objeto social (i) estudar, planejar, construir e explorar sistemas de geração e comercialização de energia elétrica, com vistas à exploração econômica e comercial; (ii) prestação de serviços técnicos e de consultoria, na área de atuação, a Empresas no Brasil e no exterior; e (iii) participação em outras sociedades ou empreendimentos de geração de energia elétrica.

No dia 27 de março de 2024, a Vale celebrou o contrato para aquisição da totalidade da participação dos 45% da Cemig na Aliança. A transação ainda está sujeita ao cumprimento de outras condições precedentes usuais em transações dessa natureza, dentre elas: as anuências do Conselho Administrativo de Defesa Econômica e da Agência Nacional de Energia Elétrica (“Aneel”).

A Companhia possui um parque gerador com capacidade instalada de 1.701,3 MW. Desse total, (i) 1.422 MW através de participações em 7 usinas hidrelétricas com uma garantia física de 774 MW médios, e (ii) 233,1 MW por meio de participações em 7 Centrais Eólicas com garantia física de 103 MW médios; e (iv) 46,2 MW em implantação com uma Central Eólica no Rio Grande do Norte e garantia física de 23,8 MW médios. Para maiores detalhes, veja nota explicativa nº 6 – Investimentos.

A Aliança possui autorização para exploração do potencial hidrelétrico como produtora independente e detém contratos de fornecimento de energia vendidos no longo prazo nos ambientes livre e regulado.

Segue quadro resumo informativo acerca das usinas hidrelétricas e consórcios da Companhia:

Empreendimento – Usina Hidrelétrica	Participação Aliança	Município (em MG)	Rio	Capacidade Instalada (MW) ¹	Energia assegurada (MW médios) ¹	Vencimento da Concessão
Funil	100%	Perdões	Grande	180	80	Mai/40
Eliezer Batista (“Aimorés”)	100%	Aimorés	Doce	330	173	Nov/39
Amador Aguiar (“Consórcio Capim Branco”)						
Amador Aguiar I (“Capim Branco I”)	87,36%	Araguari	Araguari	240	147	Nov/42
Amador Aguiar I (“Capim Branco II”)	87,36%	Araguari	Araguari	210	125	Jan/42
Porto Estrela (“Consórcio de Porto Estrela”)	66,67%	Joanésia	Santo Antônio	112	59	Jul/32 ²
Igarapava (“Consórcio de Igarapava”)	52,65%	Conquista	Grande	210	128	Set/31
Risoleta Neves (“Consórcio de Candonga”)	50,00%	Rio Doce	Doce	140	62	Dez/38

¹ Os valores referem-se à capacidade instalada e energia assegurada do consórcio.

² Não ocorreu adesão à repactuação para a UHE Porto Estrela, uma vez que há incertezas quanto ao pagamento da utilização do bem público – UBP (concessão onerosa) que pode afetar de forma material a viabilidade econômica do projeto, logo consideramos o vencimento da concessão atual.

2 | Base de preparação e apresentação

2.1 | Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras intermediárias condensadas consolidadas foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) – “Demonstração Intermediária” e com a norma internacional IAS 34 – “*Interim Financial Reporting*” emitida pelo “International Accounting Standards Board – IASB” – identificadas como consolidado.

As demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais da controladora foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1). No caso da Companhia, essas práticas diferem das IFRS, em relação às demonstrações financeiras intermediárias condensadas individuais, somente no que se refere à capitalização de juros incorridos pela controladora, em relação aos ativos construídos de suas controladas. Para fins de IFRS, esta capitalização somente é permitida nas demonstrações financeiras intermediárias condensadas consolidadas e não nas condensadas individuais da controladora.

Todas as informações relevantes utilizadas pela Administração na gestão da Companhia estão evidenciadas nestas demonstrações financeiras individuais condensadas.

Em 29 de maio de 2024, o Conselho de Administração aprovou a emissão das demonstrações financeiras intermediárias condensadas da Companhia referentes ao período de três meses findos em 31 de março de 2024 e autorizaram a sua conclusão.

2.2 | Base de mensuração

As demonstrações financeiras intermediárias condensadas foram preparadas para atualizar os usuários sobre os eventos e transações relevantes ocorridas no período e devem ser analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, emitidas em 28 de fevereiro de 2024. As políticas contábeis, estimativas e julgamentos contábeis, gestão de risco e métodos de mensuração são os mesmos que aqueles adotados na elaboração das últimas demonstrações financeiras anuais.

2.3 | Políticas contábeis materiais

Neste período, não ocorreram mudanças nas políticas contábeis e, portanto, mantém-se a consistência de aplicação dos procedimentos divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

2.4 | Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A administração da Companhia está avaliando os impactos práticos que tais itens possam ter em suas demonstrações financeiras, à medida em que os normativos são regulamentados pela CVM.

- (a) Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8);
- (b) Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback (alterações ao CPC 06/IFRS 16); e
- (c) Acordos de financiamento de fornecedores (“Risco Sacado”) (alterações ao CPC 03/IAS 7 e CPC 40/IFRS 7);
- (d) Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21);
- (e) Apresentação e divulgação das demonstrações contábeis (aprovação IRFS 18/CPC 26).

3 | Caixa e equivalentes de caixa

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Caixa e contas bancárias	154	2.685	154	2.685
Recursos mantidos em aplicações financeiras	154.976	267.987	283.737	379.138
	155.130	270.672	283.891	381.823

As aplicações financeiras são compostas substancialmente por Certificados de Depósitos Bancários - CDB, que são acrescidos de rendimentos atrelados à variação do CDI, que variaram entre 85% e 115% em 31 de março de 2024 (99% e 115% em 31 de dezembro de 2023), conforme definido na contratação de cada operação.

Para mais detalhes sobre a exposição da Companhia e de suas controladas a riscos de taxa de juros e análise de sensibilidade para ativos financeiros, veja nota explicativa nº 20 – Instrumentos financeiros.

4 | Aplicações financeiras

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Certificados de depósitos bancários - CDB ¹	206.244	82.248	206.244	83.550
Fundo de investimentos em cotas - FIC ²	-	-	9.784	9.286
Fundo de investimentos em cotas - FIC (Caixa restrito) ²	-	-	16.590	15.419
	206.244	82.248	232.618	108.255
Ativo circulante	206.244	82.248	216.028	92.836
Ativo não circulante	-	-	16.590	15.419
	206.244	82.248	232.618	108.255

¹ Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) são remunerados a um percentual atrelado ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI), que variaram entre 85% e 115% em 31 de março de 2024 (85% e 115% em 31 de dezembro de 2023) conforme definido na contratação de cada operação.

² Os fundos de investimentos são compostos por cotas pós-fixadas, vinculadas a aplicações em fundos de renda fixa, títulos públicos e outros. A rentabilidade média ponderada na carteira equivale a 98,72% do CDI em 31 de março de 2024 (97,83% do CDI em 31 de dezembro de 2023), conforme definido na contratação de cada operação. Parte do saldo das aplicações financeiras no fundo são mantidos como caixa restrito para atender compromissos operacionais vinculados ao Finem BNDES.

Administração não espera utilizar esses recursos financeiros, mantidos no circulante e não circulante, para atender compromissos operacionais de curto prazo (próximos três meses) e, portanto, encontram-se classificados separadamente ao restante das aplicações financeiras reconhecidas como caixa e equivalentes de caixa.

5 | Contas a receber

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Industrial ou equivalente	49.986	65.734	61.850	76.453
Suprimento a outras concessionárias	59.576	67.699	62.619	70.163
Câmara de comercialização de energia elétrica	5.162	-	6.994	5.316
Outros valores a receber	209	494	35	35
	114.933	133.927	131.498	151.967

O prazo médio de recebimento da energia vendida por meio de contratos é de, aproximadamente, 30 dias, contados do primeiro dia do mês subsequente à venda, enquanto o prazo dos valores liquidados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) é de, aproximadamente, 45 dias. Desta forma, em 31 de março de 2024 e 31 de dezembro de 2023, o saldo das contas a receber da Companhia possui títulos a vencer inferiores a 60 dias. Além disso, não possuímos títulos vencidos e não há provisão para perda esperada. Para mais detalhes em relação ao risco de crédito da Companhia e contas a receber vide nota explicativa nº 20 - Instrumentos financeiros e nº 16 - Receita líquida.

6 | Investimentos

a. MOVIMENTAÇÃO DOS SALDOS DA CONTROLADORA

	CONTROLADORA						
	31/12/2023	Aumento de Capital/AFAC	Adição	Amortização	Resultado do período	Dividendos a receber (a/b)	31/03/2024
Garrote	73.750	-	-	-	366	-	74.116
Santo Inácio III	88.478	-	-	-	(16)	-	88.462
São Raimundo	104.404	-	-	-	2.045	358	106.807
Santo Inácio IV	73.579	-	-	-	636	-	74.215
Acauã I	275.874	17.579	-	-	(1.791)	-	291.662
Acauã II	296.460	3.767	-	-	1.506	-	301.733
Acauã III	149.341	-	-	-	333	-	149.674
Gravier	415.922	-	-	-	1.569	(3.562)	413.929
Mais valia CESI	8.093	-	-	(74)	-	-	8.019
Juros capitalizados	174.534	-	9.438	(1.053)	-	-	182.919
	1.660.435	21.346	9.438	(1.127)	4.648	(3.204)	1.691.536

	CONTROLADORA						
	31/12/2022	Aumento de Capital/AFAC	Adição	Amortização	Resultado do período	Dividendos a receber	31/12/2023
Garrote	69.210	-	-	-	5.954	(1.414)	73.750
Santo Inácio III	83.857	-	-	-	6.061	(1.440)	88.478
São Raimundo	102.372	-	-	-	2.390	(358)	104.404
Santo Inácio IV	68.693	-	-	-	6.407	(1.521)	73.579
Acauã I	139.305	142.386	-	-	(5.817)	-	275.874
Acauã II	199.987	101.641	-	-	(5.168)	-	296.460
Acauã III	122.767	26.202	-	-	372	-	149.341
Gravier	401.968	2.689	-	-	12.452	(1.187)	415.922
Mais valia CESI	8.390	-	-	(297)	-	-	8.093
Juros capitalizados	148.102	-	30.007	(3.575)	-	-	174.534
	1.344.651	272.918	30.007	(3.872)	22.651	(5.920)	1.660.435

b. CONCILIAÇÃO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL DA CONTROLADORA

	CONTROLADORA	
	31/03/2024	31/03/2023
Resultado do período	4.648	5.816
Amortização da mais valia CESI	(74)	(74)
Resultado de equivalência patrimonial	4.574	5.742

Dividendos recebidos

Nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023, a destinação do resultado do exercício de 2023 das Centrais Eólicas foi realizada conforme prevê o Estatuto Social de cada Companhia, sendo 25% (vinte e cinco por cento) designado como dividendos mínimos obrigatórios. Entretanto, em março de 2024, o Conselho de Administração aprovou uma nova proposta de destinação do resultado do exercício de 2023, impactando a Central Eólica Gravier e Central Eólica São Raimundo, conforme relacionado abaixo:

- (a) Anteriormente a Central Eólica Gravier aprovou a destinação de dividendos de R\$1.187, todavia em março de 2024, o conselho aprovou a proposta de R\$4.749, destinando R\$3.562 de dividendos referente ao exercício de 2023 no período de 2024;
- (b) Em São Raimundo, o saldo proposto para dividendos foi de R\$358, porém em março de 2024 foi aprovada a realocação deste saldo para reserva de retenção de lucros.

Valores capitalizados CESI e Gravier

A Companhia captou recursos por meio de notas promissórias e debêntures para a construção das Centrais Eólicas de Santo Inácio, Central Eólica Gravier e Centrais Eólicas Acauãs. Os juros sobre essas dívidas foram capitalizados no investimento durante o período de construção das Usinas nas demonstrações financeiras intermediárias condensadas da controladora enquanto no consolidado estes montantes são capitalizados no imobilizado.

Em dezembro de 2017, o parque Eólico Santo Inácio entrou em operação comercial plena e iniciou-se a amortização dos juros capitalizados, considerando o período da concessão (2051). Em 31 de março de 2024, o montante amortizado acumulado é de R\$14.409 (R\$13.883 em 31 de dezembro de 2023).

Em dezembro de 2022, o parque Eólico Gravier entrou em operação comercial plena e iniciou-se a amortização dos juros capitalizados, considerando o período da concessão (2055). Em 31 de março de 2024, o montante amortizado acumulado é de R\$1.653 (R\$1.322 em 31 de dezembro de 2023).

Em agosto de 2023, o parque Eólico Acauã III entrou em operação comercial plena e iniciou-se a amortização dos juros capitalizados, considerando o período da concessão (até 2055). Em 31 de março de 2024, o montante amortizado acumulado é de R\$259 (R\$148 em 31 de dezembro de 2023).

No final de dezembro de 2023, o parque Eólico Acauã II entrou em operação comercial plena e iniciou-se a amortização dos juros capitalizados em janeiro de 2024, considerando o período da concessão (até 2055). Em 31 de março de 2024, o montante amortizado acumulado é de R\$85 (R\$0 em 31 de dezembro de 2023).

Valores capitalizados Projeto Eólico de Acauã

A Central Eólica Acauã I encontra-se em fase de construção e, por esse motivo, os juros da dívida ainda estão sendo capitalizados.

O Complexo Eólico de Acauã I possui o montante de juros capitalizados de R\$39.445 em 31 de março de 2024 (R\$30.007 em 31 de dezembro de 2023).

Mais valia CESI

A Companhia reconhece no seu investimento o montante líquido de R\$9.438 em 31 de março de 2024 (R\$8.093 em 31 de dezembro de 2023) referente ao ágio aportado pelo acionista.

c. INFORMAÇÕES DAS CONTROLADAS

A participação da Aliança em todas as Companhias abaixo é de 100%. Os principais saldos patrimoniais e de resultado das controladas são apresentados como seguem:

	31/03/2024						
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo)	Receita líquida
Central Eólica Garrote S.A.	31.093	94.749	11.365	40.360	74.117	366	4.713
Central Eólica Santo Inácio III S.A.	34.518	121.751	13.385	54.421	88.463	(16)	5.658
Central Eólica São Raimundo S.A.	31.719	134.591	8.544	50.959	106.807	2.045	7.843
Central Eólica Santo Inácio IV S.A.	32.733	93.916	12.138	40.301	74.210	636	4.900
Central Eólica Acauã I S.A.	659	298.852	1.931	5.918	291.662	(1.791)	484
Central Eólica Acauã II S.A.	5.405	314.535	12.485	5.722	301.733	1.506	8.143
Central Eólica Acauã III S.A.	4.241	149.833	2.331	2.069	149.674	333	2.635
Central Eólica Gravier S.A.	40.526	411.063	28.076	9.585	413.928	1.569	9.753

	31/12/2023						
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo)	Receita líquida
Central Eólica Garrote S.A.	29.921	96.408	11.390	41.189	73.750	5.954	21.086
Central Eólica Santo Inácio III S.A.	34.020	123.837	13.841	55.538	88.478	6.061	26.152
Central Eólica São Raimundo S.A.	29.774	136.137	9.525	51.982	104.404	2.390	20.787
Central Eólica Santo Inácio IV S.A.	31.430	95.566	12.289	41.128	73.579	6.407	21.524
Central Eólica Acauã I S.A.	251	284.152	1.585	6.944	275.874	(5.817)	60
Central Eólica Acauã II S.A.	2.228	315.251	14.065	6.954	296.460	(5.168)	2.178
Central Eólica Acauã III S.A.	3.747	150.958	2.797	2.567	149.341	372	5.957
Central Eólica Gravier S.A.	34.363	410.915	19.156	10.200	415.922	12.452	44.816

Parque Eólico Santo Inácio (“CESI”)

O CESI é formado pelas seguintes centrais eólicas: Central Eólica Garrote S.A. (“Garrote”), Central Eólica São Raimundo S.A. (“São Raimundo”), Central Eólica Santo Inácio III S.A. (“Santo Inácio III”), e Central Eólica Santo Inácio IV S.A. (“Santo Inácio IV”), todas localizadas no município de Icapuí (CE) com capacidade instalada total de 98,7MW.

Central Eólica Gravier (“Gravier”)

Localizado em Icapuí (CE) com o início da implantação do empreendimento em janeiro de 2021 e operação comercial plena foi em dezembro de 2022. O projeto conta com 17 aerogeradores, tendo uma capacidade instalada total de 71,4 MW.

Projeto Eólico Acauã (“Acauãs”)

As sociedades que integram esse projeto são: Central Eólica Acauã I S.A. (“Acauã I”), Central Eólica Acauã II S.A. (“Acauã II”) e Central Eólica Acauã III S.A. (“Acauã III”). Localizado nos municípios de Tenente Laurentino Cruz, Lagoa Nova, Santana do Matos e São Vicente, no estado do Rio Grande do Norte, o projeto teve o início da implantação em março de 2021.

Em agosto de 2023 a Central Eólica Acauã III obteve liberação para operação comercial plena de suas atividades, através de despacho nº 3.161. A Central Eólica conta com 4 aerogeradores, tendo uma capacidade instalada total de 16,8 MW.

Em 23 de dezembro de 2023 a Central Eólica Acauã II obteve liberação para operação comercial plena de suas atividades, através do despacho nº 5.087. A Central Eólica conta com 11 aerogeradores, tendo uma capacidade instalada total de 46,2 MW.

A operação comercial plena da Central Eólica Acauã I está estimada para junho de 2024, onde contará com 11 aerogeradores tendo uma capacidade instalada total de 46,2 MW.

7 | Imobilizado

A composição e a movimentação do ativo imobilizado para a controladora é como segue:

	Terrenos (a)	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Outros	Imobilizado em curso (b)	TOTAL
Custo de aquisição							
Em 31/12/2022	110.515	1.044.180	274.188	1.113.282	2.198	53.340	2.597.703
Adições	3.173	-	-	3	-	32.165	35.341
Baixas	(1.594)	-	-	(394)	-	(49)	(2.037)
Transferência	-	-	-	8.871	12	(8.883)	-
Em 31/12/2023	112.094	1.044.180	274.188	1.121.762	2.210	76.573	2.631.007
Adições	-	-	-	-	-	526	526
Baixas	(911)	-	-	(8)	-	-	(919)
Em 31/03/2024	111.183	1.044.180	274.188	1.121.754	2.210	77.099	2.630.614
Depreciação acumulada							
Em 31/12/2022	(40.268)	(514.932)	(142.124)	(601.076)	(1.152)	(4.215)	(1.303.767)
Adições	(4.153)	(31.291)	(9.527)	(32.949)	(75)	(352)	(78.347)
Baixas	1.601	-	-	201	-	-	1.802
Em 31/12/2023	(42.820)	(546.223)	(151.651)	(633.824)	(1.227)	(4.567)	(1.380.312)
Adições	(1.088)	(7.823)	(2.382)	(8.286)	(19)	(88)	(19.686)
Baixas	-	-	-	8	-	-	8
Em 31/03/2024	(43.908)	(554.046)	(154.033)	(642.102)	(1.246)	(4.655)	(1.399.990)
Valor líquido							
Em 31/12/2023	69.274	497.957	122.537	487.938	983	72.006	1.250.695
Em 31/03/2024	67.275	490.134	120.155	479.652	964	72.444	1.230.624
Taxa média de depreciação	3,90%	3,00%	3,47%	2,95%	3,44%	0,46%	2,99%

A composição e a movimentação do ativo imobilizado para o consolidado é como segue:

Terrenos (a)	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Outros	Imobilizado em curso (b)	TOTAL
Custo de aquisição						
Em 31/12/2022	128.387	1.043.732	298.091	1.732.495	12.582	1.013.084
Adições	9.692	-	-	3	5.980	335.961
Baixas	(1.848)	-	-	(393)	(737)	(318)
Transferência	-	-	12.808	438.952	50	(451.810)
Em 31/12/2023	136.231	1.043.732	310.899	2.171.057	17.875	896.917
Adições	-	-	-	-	-	36.324
Baixas	(1.656)	-	-	(8)	(254)	(825)
Transferência	-	-	7.203	(19.235)	3.156	8.876
Em 31/03/2024	134.575	1.043.732	318.102	2.151.814	20.777	941.292
Depreciação acumulada						
Em 31/12/2022	(41.970)	(514.932)	(146.385)	(737.702)	(2.604)	(5.076)
Adições	(4.898)	(31.291)	(10.403)	(83.506)	(317)	(591)
Baixas	1.601	-	-	201	-	-
Em 31/12/2023	(45.267)	(546.223)	(156.788)	(821.007)	(2.921)	(5.667)
Adições	(1.270)	(7.823)	(2.875)	(23.727)	(235)	(122)
Baixas	-	-	-	8	240	-
Em 31/03/2024	(46.537)	(554.046)	(159.663)	(844.726)	(2.916)	(5.789)
Valor líquido						
Em 31/12/2023	90.964	497.509	154.111	1.350.050	14.954	891.250
Em 31/03/2024	88.038	489.686	158.439	1.307.088	17.861	935.503
Taxa média de depreciação	3,75%	3,00%	3,66%	4,39%	4,86%	0,05%
						3,14%

- (a) Terrenos vinculados aos contratos de concessão não possuem previsão de indenização e são depreciados de acordo com o período da concessão. E para o consolidado, possuímos terrenos arrendados que são depreciados conforme os contratos de arrendamento.
- (b) A depreciação apresentada no imobilizado em curso é referente as peças sobressalentes.

No total de imobilizado no consolidado estão inclusos os juros capitalizados de empréstimos no montante líquido de R\$182.919 em 31 de março 2024 (R\$174.534 em 31 de dezembro 2023). Na controladora os referidos juros estão capitalizados no investimento. Para mais detalhes em relação aos juros capitalizados vide nota explicativa nº 6 – Investimentos.

Como nas autorizações outorgadas para a Companhia não há indenização no final da concessão, não é reconhecido qualquer valor residual e são ajustadas as taxas de depreciação para que todos os ativos sejam depreciados dentro do período da concessão. A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos imobilizados, que são de vida útil definida.

Provisão de desmobilização

A Companhia mantém reconhecido em seu imobilizado, dentro do grupo “Outros” (consolidado), a provisão dos custos decorrentes da desmobilização de seus Complexos Eólicos de Santo Inácio; Central Eólica Gravier e Centrais Eólicas Acauãs, com base no valor presente dos fluxos de caixa esperados para o cumprimento da obrigação de retirada dos ativos relacionados a esses parques e de restauração do local ao final dos prazos das autorizações de operações. Em 31 de março de 2024, o montante líquido registrado é de R\$16.798 (R\$11.123 em 31 de dezembro de 2023).

Para mais detalhes sobre a provisão de desmobilização, veja nota nº 13 - Provisão para compromissos futuros.

Consórcios

Em 31 de março de 2024, não houve variação na parcela da Companhia em cada um dos ativos alocados aos Consórcios. Adicionalmente, não ocorreu movimentação significativa no período e nas taxas médias de depreciação.

8 | Intangível

A composição e movimentação do ativo intangível para a controladora é como segue:

	Licenças ambientais	Direito de Uso do bem público	Servidão	Softwares	Direito de extensão de concessão	Intangível em curso	TOTAL
Custo de aquisição							
Em 31/12/2022	131.545	151.961	1.131	2.163	502.176	161	789.137
Adições	2.175	-	-	-	-	24	2.199
Baixas (a)	(25.671)	-	-	-	-	(37)	(25.708)
Transferências	-	-	-	24	-	(24)	-
Em 31/12/2023	108.049	151.961	1.131	2.187	502.176	124	765.628
Baixas (a)	(13.917)	-	-	(514)	-	-	(14.431)
Em 31/03/2024	94.132	151.961	1.131	1.673	502.176	124	751.197
Amortização acumulada							
Em 31/12/2022	(25.671)	(62.438)	(399)	(1.630)	(41.265)	-	(131.403)
Adições	(13.915)	(8.074)	(39)	(170)	(30.642)	-	(52.840)
Baixas (a)	25.671	-	-	-	-	-	25.671
Em 31/12/2023	(13.915)	(70.512)	(438)	(1.800)	(71.907)	-	(158.572)
Adições	(3.526)	(2.018)	(10)	(42)	(7.661)	-	(13.257)
Baixas (a)	13.917	-	-	514	-	-	14.431
Em 31/03/2024	(3.524)	(72.530)	(448)	(1.328)	(79.568)	-	(157.398)
Valor líquido							
Em 31/12/2023	94.134	81.449	693	387	430.269	124	607.056
Em 31/03/2024	90.608	79.431	683	345	422.608	124	593.799
Taxa média de amortização	13,95%	5,31%	3,54%	8,70%	6,10%	0,00%	6,99%

A composição e movimentação do ativo intangível para o consolidado é como segue:

	Direito de uso	Licenças ambientais	Direito de uso do bem público	Servidão	Softwares	Direito de extensão de concessão	Intangível em curso	TOTAL
Custo de aquisição								
Em 31/12/2022	30.395	134.836	151.961	1.559	2.212	502.176	562	823.701
Adições	-	13.820	-	400	-	-	24	14.244
Baixas (a)	-	(26.718)	-	-	-	-	(37)	(26.755)
Transferências	-	-	-	-	24	-	(24)	-
Em 31/12/2023	30.395	121.938	151.961	1.959	2.236	502.176	525	811.190
Adições	-	-	-	-	-	-	31	31
Baixas (a)	-	(14.236)	-	-	(514)	-	-	(14.750)
Em 31/03/2024	30.395	107.702	151.961	1.959	1.722	502.176	556	796.471
Amortização acumulada								
Em 31/12/2022	(3.024)	(24.573)	(62.438)	(399)	(1.639)	(41.271)	-	(133.344)
Adições	(453)	(14.792)	(8.074)	(48)	(180)	(30.644)	-	(54.191)
Baixas (a)	-	25.671	-	-	-	-	-	25.671
Em 31/12/2023	(3.477)	(13.694)	(70.512)	(447)	(1.819)	(71.915)	-	(161.864)
Adições	(197)	(4.209)	(2.018)	(51)	(44)	(7.660)	-	(14.179)
Baixas (a)	-	14.236	-	-	514	-	-	14.750
Em 31/03/2024	(3.674)	(3.667)	(72.530)	(498)	(1.349)	(79.575)	-	(161.293)
Valor líquido								
Em 31/12/2023	26.918	108.244	81.449	1.512	417	430.261	525	649.326
Em 31/03/2024	26.721	104.035	79.431	1.461	373	422.601	556	635.178
Taxa média de amortização	2,59%	14,66%	5,31%	10,41%	8,89%	6,10%	0,00%	7,06%

(a) Realizamos a baixa de licenças totalmente amortizadas em 2023 e 2024, ou seja, com o valor residual igual a zero e sem efeito no resultado da Companhia. Dentro do montante total de baixas do período, para o individual e consolidado, apuramos R\$14.750 em 31 de março de 2024 (R\$25.671 em 31 de dezembro de 2023) com valor residual zerado.

Os ativos intangíveis servidão, direito de uso do bem público e direito de extensão da concessão são amortizáveis pelo método linear que representam o padrão de consumo destes direitos. Como nas autorizações outorgadas para a Companhia não há indenização no final da concessão, não é reconhecido qualquer valor residual e são ajustadas as taxas de amortização para que todos os ativos sejam amortizados dentro do período da concessão. A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos intangíveis, que são de vida útil definida. A Companhia não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida.

9 | Fornecedores

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Compra de energia elétrica (contratos no ACL)	1.128	15.540	1.128	15.540
Fornecedores de materiais e serviços	10.238	15.505	43.667	49.768
Encargos de uso da rede elétrica	3.533	3.458	3.533	3.458
Câmara de comercialização de energia elétrica	-	7.605	1.354	7.605
	14.899	42.108	49.682	76.371

O prazo médio de pagamento da Companhia é na média de 71 dias em 31 de março de 2024 (60 dias em 31 de dezembro de 2023) para controladora e consolidado. E sobre os saldos não há incidência de juros.

Para maiores detalhes em relação ao fluxo de pagamentos vide nota explicativa nº 20 - Instrumentos financeiros.

10 | Tributos a recolher sobre o lucro

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Imposto de renda	17.670	75.143	18.078	75.069
Contribuição social	5.777	23.422	6.687	24.256
	23.447	98.565	24.765	99.325

10.1 | Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

A Companhia possui débitos tributários diferidos de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25%, e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9%, referentes aos efeitos de diferenças temporárias relacionadas aos seguintes itens:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Créditos tributários				
Concessão com outorga onerosa (UBP) / (a)	17.028	16.342	17.028	16.342
Demais provisões	10.524	13.876	10.135	13.739
Provisões para compromissos futuros / (a)	42.817	41.618	43.429	42.210
Outros	448	433	1.131	1.083
	70.817	72.269	71.723	73.374
Obrigações diferidas				
Juros capitalizados - CPC 20	(72.010)	(69.371)	(72.010)	(69.371)
Concessão com outorga onerosa (UBP) / (a)	(13.752)	(12.190)	(13.752)	(12.190)
Provisões para compromissos futuros / (a)	(41.369)	(41.105)	(41.529)	(41.295)
Repactuação do risco hidrológico	(143.452)	(146.053)	(143.452)	(146.053)
Depreciação fiscal	(106.720)	(100.544)	(106.720)	(100.544)
	(377.303)	(369.263)	(377.463)	(369.453)
	(306.486)	(296.994)	(305.740)	(296.079)
Total do ativo	-	-	746	915
Total do passivo	(306.486)	(296.994)	(305.740)	(296.079)

- (a) Impostos diferidos relativos a ativos e passivos que surgem de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12): o Grupo aplicou as alterações que restringem o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias - por exemplo, provisões para compromissos futuros e concessões a pagar.

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos é como segue:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Saldo no início do período/exercício	(296.994)	(279.014)	(296.079)	(278.408)
Débitos alocados às demonstrações de resultados	(9.492)	(17.980)	(9.661)	(17.980)
Créditos alocados às demonstrações de resultados	-	-	-	309
Saldo no início do período/exercício	(306.486)	(296.994)	(305.740)	(296.079)

10.2 | Conciliação da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado para controladora e consolidado para os períodos de três meses de 2024 e 2023 conforme demonstrado a seguir:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2024	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2023
Resultado antes dos impostos	126.265	137.247	129.364	139.033
Alíquota vigente - imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Despesa nominal esperada	(42.930)	(46.664)	(43.984)	(47.271)

Diferenças permanentes – efeitos fiscais incidentes sobre:

Resultado de equivalência patrimonial	1.580	1.977	-	-
Diferença regime tributário – Lucro presumido	-	-	(728)	700
Incentivo fiscal da sudene	-	-	228	119
Outros	(63)	(111)	(28)	(132)
Despesa no resultado	(41.413)	(44.798)	(44.512)	(46.584)
Imposto corrente	(31.921)	(37.252)	(34.851)	(39.000)
Imposto diferido	(9.492)	(7.546)	(9.661)	(7.584)
	(41.413)	(44.798)	(44.512)	(46.584)
Alíquota efetiva	33%	33%	34%	34%

11 | Concessões a pagar

A Companhia possui contratos de concessão onerosa com a União Federal de Utilização do Bem Público (UBP) para a geração de energia nas usinas hidrelétricas. As características dos negócios e dos contratos indicam a condição e a intenção das partes de executá-los integralmente.

Considerando que os valores contratuais estão a preços futuros, a Companhia procedeu ao seu ajuste a valor presente com base em taxas de desconto de referência na data de início da Companhia, quais sejam: Capim Branco e Candonga 5,24% a.a. e Porto Estrela 10,71% a.a.

Os valores originais, atualizados pela variação anual do Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M) são pagos em parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) dos respectivos valores anuais.

As mutações dos saldos das usinas são apresentadas conforme segue:

	Porto Estrela	Capim Branco	Candonga	CONTROLADORA E CONSOLIDADO
Saldo em 31/12/2022	253.512	20.225	1.949	275.686
Efeitos financeiros reconhecidos	24.662	2.019	163	26.844
Amortizações	(28.733)	(2.169)	(150)	(31.052)
Saldo em 31/03/2023	249.441	20.075	1.962	271.478
Saldo em 31/12/2023	236.958	19.625	1.900	258.483
Efeitos financeiros reconhecidos	22.344	1.846	125	24.315
Amortizações	(26.762)	(2.002)	(145)	(28.909)
Saldo em 31/03/2024	232.540	19.469	1.880	253.889
CONTROLADORA E CONSOLIDADO				
	31/03/2024	31/12/2023		
Passivo circulante	41.033	41.037		
Passivo não circulante	212.856	217.446		
	253.889	258.483		

- a. Vencimentos das concessões a pagar apresentadas no passivo não circulante para controladora e consolidado são conforme segue:

2025	28.210
2026	34.497
2027	31.253
2028	28.316
2029	25.667
2030 a 2034	58.452
2035 em diante	6.461
	212.856

12 | Financiamentos e debêntures

A composição dos financiamentos e debêntures para controladora e consolidado é como segue:

Descrição	Vencimento	Encargos anuais médios (%)	Moeda	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
				31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Debêntures - 2ª emissão (a)	15/12/2029	IPCA + 3,65%	R\$	78.782	76.807	78.782	76.807
Debêntures - 3ª emissão (a)	15/02/2035	IPCA + 4,00%	R\$	281.157	289.701	281.157	289.701
Debêntures - 4ª emissão (a)	15/08/2035	IPCA + 4,90%	R\$	238.235	242.653	238.235	242.653
Debêntures - 5ª emissão (a)	15/04/2036	IPCA + 6,13%	R\$	254.698	246.895	254.698	246.895
Debêntures - 6ª emissão (a)	15/11/2037	IPCA + 6,14%	R\$	354.296	343.431	354.296	343.431
Finem BNDES (b)	16/01/2034	TJLP + 2,48%	R\$	-	-	180.613	183.350
(-) Custo de transação			R\$	(28.872)	(29.498)	(32.347)	(33.054)
Total				1.178.296	1.169.989	1.355.434	1.349.783
Classificadas como:							
Passivo circulante				76.595	101.749	89.303	114.206
Passivo não circulante				1.101.701	1.068.240	1.266.131	1.235.577
				1.178.296	1.169.989	1.355.434	1.349.783

a. DEBÊNTURES

As emissões das debêntures foram realizadas nos termos da Instrução nº 476/2009 e a 6ª Debêntures, emitida em 2023, nos termos da resolução nº 160/2022 da Comissão de Valores Mobiliários, todas na forma do artigo 2º da Lei nº12.431/2011 e são não conversíveis em ações, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de distribuição.

Debêntures	Data de emissão	Valor	Prazo (anos)	Amortização e pagamento de Juros	Pagamento da 1ª parcela	Espécie
2ª Emissão	27/06/2019	77.000	10,5	Semestral	15/06/2020	Garantia real
3ª Emissão	15/02/2021	270.000	14	Semestral	15/02/2022	Quirografária
4ª emissão	18/08/2021	220.000	14	Semestral	15/08/2022	Quirografária
5ª emissão	15/04/2021	240.000	14	Semestral	15/04/2022	Quirografária
6ª emissão	15/11/2023	340.000	14	Semestral	15/11/2024	Quirografária

A movimentação dos financiamentos e debêntures para a controladora e consolidado é como segue:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 31 de dezembro de 2022	844.692	1.033.480
Financiamentos obtidos, líquidos do custo de transação	329.319	329.319
Encargos financeiros	85.057	102.588
Amortização do principal	(41.840)	(53.032)
Amortização de juros	(47.239)	(62.572)
Saldo em 31 dezembro de 2023	1.169.989	1.349.783
Encargos financeiros	35.525	39.540
Amortização do principal	(13.240)	(16.197)
Amortização de juros	(13.978)	(17.692)
Saldo em 31 março de 2024	1.178.296	1.355.434

O principal indexador utilizado para atualização monetária dos financiamentos e debêntures teve as seguintes variações acumuladas anualizadas:

Indexador	31/03/2024	31/12/2023
TJLP	6,53%	6,55%
IPCA	3,86%	4,62%

O vencimento dos financiamentos e debêntures apresentados no passivo não circulante é conforme segue:

Evento	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
2025	137.950	151.460
2026	93.267	107.920
2027	62.516	78.409
2028	97.037	118.207
2029	107.192	128.362
2030 a 2034	485.261	563.296
2035 a 2037	118.478	118.477
Financiamentos e debêntures	1.101.701	1.266.131

b. COMPROMISSOS FINANCEIROS CONTRATUAIS (COVENANTS)

Os contratos de dívida da Companhia possuem cláusulas de compromissos financeiros contratuais (covenants) anuais. As informações detalhadas podem ser observadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.

C. GARANTIAS

Em 31 de março de 2024, não houve atualizações nas garantias relacionadas ao Finem BNDES. As informações detalhadas podem ser observadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.

13 | Provisão para compromissos futuros

A movimentação da provisão para a controladora e consolidado para os três meses findos em 31 de março de 2024 e 2023 é conforme segue:

	Aimorés	Candonga	Capim Branco	Funil	Igarapava	Porto Estrela	Controladora	Centrais Eólicas (a)	Consolidado
Em 31/12/2022	74.348	919	5.099	14.762	2.804	6.488	104.420	14.762	119.182
Adições / (Baixas)	-	-	-	-	-	-	-	673	673
Pagamentos	(2.382)	(29)	(84)	(767)	(110)	(11)	(3.383)	(270)	(3.653)
Atualização	1.802	22	122	397	71	149	2.563	342	2.905
Em 31/03/2023	73.768	912	5.137	14.392	2.765	6.626	103.600	15.507	119.107
Em 31/12/2023	60.576	1.470	6.802	11.601	2.838	17.527	100.814	30.631	131.445
Adições / (Baixas)	-	-	-	-	-	-	-	(15)	(15)
Pagamentos	(1.797)	(264)	(105)	(898)	(111)	(35)	(3.210)	(199)	(3.409)
Atualização	1.445	48	157	323	70	389	2.432	583	3.015
Em 31/03/2024	60.224	1.254	6.854	11.026	2.797	17.881	100.036	31.000	131.036

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/01/2024	31/12/2023	31/01/2024	31/12/2023
Passivo circulante	19.959	18.360	23.773	21.524
Passivo não circulante	80.077	82.454	107.263	109.921
	100.036	100.814	131.036	131.445

- a. As provisões das Centrais Eólicas se referem aos compromissos socioambientais e desmantelamento. Para maiores detalhes em relação ao reconhecimento das provisões desmantelamento e socioambiental vide nota explicativa nº 7 e 8, respectivamente.

14 | Processos judiciais

a. PROVISÕES PARA PROCESSOS JUDICIAIS

A composição dos passivos contingentes da Companhia se refere basicamente às contingências associadas aos ativos aportados na Companhia por seus dois acionistas.

A Companhia constituiu provisões para as ações cuja expectativa de perda é considerada provável, e nas quais a Companhia figura no polo passivo baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais serão necessárias saídas de recursos financeiros para liquidar as obrigações.

Segue abaixo a composição do saldo da controladora e do consolidado:

	Ambientais	Cíveis	Trabalhistas	CONTROLADORA E CONSOLIDADO
Saldo em 31/12/2022	133.456	30.037	255	163.748
Atualizações	2.074	742	4	2.820
Reversões/pagamentos	-	(327)	(6)	(333)
Saldo em 31/03/2023	135.530	30.452	253	166.235
Saldo em 31/12/2023	143.459	31.202	350	175.011
Atualizações	4.728	1.601	31	6.360
Reversões/pagamentos	(220)	1	(15)	(234)
Saldo em 31/03/2024	147.967	32.804	366	181.137

A Administração da Companhia, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas demonstrações contábeis a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de qualquer possibilidade de reembolsos. A Companhia acredita que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das suas operações e a sua posição financeira.

Nos três meses de 2024, exceto pelos processos descritos a seguir, não houve avaliações significativas nos principais processos como sendo de risco provável, os quais estão apresentados na nota 14 – Processos judiciais das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.

Processos judiciais relativos a passivos contingentes cuja expectativa de perda é provável e para os quais foram constituídas provisões

Os valores apresentados para as provisões refletem as melhores expectativas dos desembolsos futuros para as contingências relacionadas a elas, sendo os detalhes sobre os principais processos judiciais relativos a estas provisões conforme segue:

Ações ambientais

- Ação civil pública -Trecho de vazão reduzida***

Ação Civil Pública, distribuída em 2001, alegando irregularidades nos procedimentos autorizativos da UHE Aimorés. Em sentença, publicada em 2015, a empresa foi condenada a reparar o dano ambiental causado no Trecho de Vazão Reduzida - TVR, mediante apresentação de estudos e projetos destinados à formação de um espelho d'água e, na hipótese de inviabilidade técnica, deve-se quantificar os danos e os custos de medidas compensatórias. Foi apresentado recurso que ainda aguarda análise.

O valor provisionado como perda provável é de R\$22.070 em 31 de março de 2024 (\$21.675 em 31 de dezembro de 2023).

- Preservação permanente do entorno do reservatório***

Trata-se de Ação Civil Pública ajuizada pelo MPMG que tem como principal objeto a formação das áreas de preservação permanente do entorno dos reservatórios dos aproveitamentos hidrelétricos Capim Branco I e II (“AHEs Capim Branco”). De acordo com o MPE, a área que compõe a APP do entorno dos reservatórios seria de 100 metros e deveria ter sido integralmente adquirida ou desapropriada pelo CCBE, não sendo legítima a instituição de “servidão civil” na faixa de 100 metros de APP, conforme previu o licenciamento ambiental dos AHEs.

Os Pedidos foram julgados parcialmente procedentes para “determinar aos requeridos que instituem, no prazo de 01 ano, a área de preservação permanente no entorno do reservatório da Usina Hidrelétrica Capim Branco, com extensão de 100 metros lineares a partir da cota inundada, sob pena de multa diária de R\$3 até o limite de R\$300. A sentença e o acórdão impuseram ao CCBE a obrigação de ter a APP do entorno dos reservatórios sob o seu domínio.

O CCBE, o Estado de Minas Gerais e o Ministério Público de Minas Gerais interpuseram recursos ao acórdão do TJMG e os autos serão remetidos ao STF para julgamento de recurso extraordinário assim que transitada em julgado a decisão do STJ.

O valor provisionado como perda provável é de R\$93.051 em 31 de março de 2024 (R\$91.278 em 31 de dezembro de 2023).

- ***Ação anulatória***

Trata-se de Ação Anulatória com pedido de tutela de urgência interposta em face do INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS – IGAM, tendo em vista a penalidade aplicada por meio do Auto de Infração nº 90503/2018, pela suposta conduta de “Descumprir a determinação de restabelecer o nível de água do reservatório da soleira S4 do TVR da UHE Amador Aguiar I conforme ofícios da URGA-TMAP nº 0019 e 0032 de 2018”, com fundamento jurídico-normativo no art. 112, Anexo II, Código 224 do Decreto Estadual nº 47.383/2018, bem como a Lei Estadual nº 13.199, de 29/01/1999.

O valor provisionado como perda provável é de R\$2.531 em 31 de março de 2024 (R\$1.882 em 31 de dezembro de 2023).

Processos judiciais relativos a passivos contingentes cuja expectativa de perda é possível e para os quais não foram constituídas provisões

A Companhia possui passivos contingentes referentes a processos judiciais para os quais acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial e que, portanto, sua expectativa de perda é considerada possível.

Segue abaixo a composição para a Controladora e Consolidado:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Ambiental	78.591	40.581	79.857	41.409
Cíveis	77.450	72.341	78.110	72.945
Regulatório	31.846	31.379	31.848	31.711
Tributário	91.318	88.660	91.318	88.660
Outras	3.899	3.460	3.899	3.460
	283.104	236.421	285.032	238.185

Ações ambientais

- ***Ação de reflorestamento***

Ação Civil Pública distribuída em 2002 ao argumento de ocorrência de irregularidades no procedimento de licenciamento ambiental do Complexo Energético Capim Branco, dentre outros, pela suposta inviabilidade do empreendimento em razão de danos ambientais. A maior parte dos pedidos foi considerada improcedente, subsistido a obrigação de reflorestamento da faixa de 100 metros, no entorno do reservatório da Usina. Atualmente encontra-se pendente de julgamento de recurso no TRF-1ª Região. Foi atribuído valor de R\$60.187 em 31 de março de 2024 (R\$29.889 em 31 de dezembro de 2023) fundamentado nos valores estimados calculados pelo CCBE para o adimplemento dessa obrigação.

Ações cíveis

- **Ação de indenização - extração de minerais**

Trata-se de ação de indenização cível, na qual a parte autora (que atua na extração e comercialização de substâncias minerais na região do Consórcio Capim Branco Energia) requer resarcimento de danos materiais e lucros cessantes em decorrência da inundação da sua propriedade, ocorrida em 2006, inviabilizando a continuidade da atividade de extração de areia. A ação encontra-se em fase de produção de provas, com prognóstico possível, uma vez que a parte autora detinha apenas autorização para pesquisa, sem direito à lavra. Foi atribuído o valor de R\$18.777 em 31 de março de 2024 como risco possível (R\$18.453 em 31 de dezembro de 2023).

- **Ação de indenização - CCBE**

Ação de reparação de danos materiais e morais na qual o autor pleiteia indenizações tendo em vista desapropriações realizadas quando da constituição e formação da Usina. O processo está na fase de conhecimento, tendo o CCBE apresentado contestação em 02/2023. Foi atribuído o valor de R\$11.203 em 31 de março de 2024 com o risco possível (R\$9.813 em 31 de dezembro de 2023).

- **Ação de indenização - pescadores de Governador Valadares**

Ação de indenização distribuída por 26 pescadores que buscam o recebimento de lucro cessante e percepção de danos morais em razão da implantação das Usinas de Aimorés e Baguari. O processo encontra-se na fase de instrução, aguardando a realização de perícia. Desta forma, é indicado o valor de R\$13.150 em 31 de março de 2024 (R\$12.637 em 31 de dezembro de 2023), conforme cálculo realizado, considerando decisões proferidas em casos similares.

Ações tributárias

- **Ação anulatória de débito**

Trata-se de Auto de Infração, lavrado pela Secretaria da Fazenda do Estado de Minas Gerais, para cobrança de ICMS, multa e juros, no valor total de R\$25.644 relativo à entrada de energia elétrica no estabelecimento da Aliança, ocorridas no período compreendido entre 01/09/2016 e 31/12/2020.

Segundo entendimento da Fiscalização, a Aliança realizou remessas de parte da energia elétrica adquirida com a isenção prevista nas alíneas “b” e “e” do item 210 da Parte 1 do Anexo I do RICMS/02 para destinatários diversos da empresa mineradora que majoritariamente a constitui, em descumprimento das normas estabelecidas na alínea “a” do item 210.2 da Parte 1 do referido Anexo I do RICMS/02.

Atualmente, aguarda-se a remessa dos autos ao Conselho de Contribuintes de Minas Gerais e o consequente julgamento da impugnação. Sendo atribuído o valor de R\$32.436 em 31 de março de 2024 (R\$31.627 em 31 de dezembro de 2023).

- **Execução fiscal**

Ação Ordinária que busca a anulação do crédito indicado no Auto de Infração nº 01.000622023-90, relativo ao ICMS das operações de transferência de energia da Aliança para matriz e consórcios. Em primeira instância foi publicada decisão favorável à empresa, sendo que no Tribunal de Justiça houve a reversão em favor da Secretaria da Fazenda do Estado de Minas Gerais. Foi apresentado recurso para combater a decisão da segunda instância, sendo indicado o valor de R\$56.752 em 31 de março de 2024 (R\$55.337 em 31 de dezembro de 2023), que corresponde ao AI.

b. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

Os depósitos vinculados a litígios referem-se, principalmente, às demandas judiciais ambientais.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Ambientais	6.997	6.839	6.997	6.839
Cíveis	150	168	683	688
Trabalhistas	126	113	126	113
	7.273	7.120	7.806	7.640

15 | Patrimônio líquido

Em 31 de março de 2024 e em 31 de dezembro de 2023 o capital social da Companhia era de R\$1.291.488, dividido em 1.291.582.500 (um bilhão, duzentas e noventa e um milhões, quinhentas e oitenta e dois mil e quinhentas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

A composição do capital social da Companhia é conforme segue:

Acionistas	31/03/2024		31/12/2023	
	(No de Ações)	(Em R\$)	(No de Ações)	(Em R\$)
Vale S.A.	710.370.375	710.318.125,65	710.370.375	710.318.125,65
Cemig GT	581.212.125	581.169.375,35	581.212.125	581.169.375,35
	1.291.582.500	1.291.487.501,00	1.291.582.500	1.291.487.501,00

(a) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição da totalidade dos lucros líquidos apurados como dividendos, respeitados os planos de negócios e de investimentos aprovados pela Companhia. Dessa forma, em 31 de março 2024 o montante a pagar é de R\$186.423 (R\$186.423 em 31 de dezembro de 2023).

(b) Reserva legal

De acordo com o art. 193 da Lei das Sociedades por Ações, a Sociedade deve destinar 5% do lucro líquido apurado no exercício à constituição da reserva legal, até o limite de 20% do capital social. A destinação é facultativa quando a reserva legal, somada as reservas de capital, superam em 30% o capital social.

Assim, a Companhia não constituiu reserva legal no exercício comparativo, em decorrência das reservas de capital representarem 44% do capital social.

(c) Reserva de capital

O tratamento dado à integralização dos ativos de titularidade da acionista Vale ao capital da Companhia, no valor líquido de R\$1.276.668, é o seguinte: R\$710.251 foram destinados à conta do capital social e o montante de R\$566.417 foi destinado à constituição de Reserva de Capital, de forma que se manteve no Capital Social a proporção de 55% e 45% para Vale e Cemig GT, respectivamente.

(d) Lucro por ação

Conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por Ação, a seguir estão reconciliados o lucro líquido e a média ponderada das ações em circulação com os montantes usados para calcular o lucro líquido básico e diluído por ação.

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	31/03/2024	31/03/2023
Lucro líquido do período	84.852	92.449
Média ponderada das ações (ações em milhares)	1.291.582	1.291.582
Lucro líquido básico e diluído por ação (em R\$)	0,07	0,07

16 | Receita líquida

A composição da receita da Companhia para controladora e consolidado é conforme segue:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2024	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2023
Fornecimento bruto de energia elétrica (a)	293.283	309.962	342.126	347.823
Transações com energia na CCEE	5.124	2.227	7.153	3.216
Receita bruta pela prestação de serviços	461	299	37	51
Impostos e encargos incidentes sobre as receitas (b)	(41.326)	(43.957)	(48.068)	(50.199)
	257.542	268.531	301.248	300.891

Atualmente, parte substancial de suas vendas estão concentradas em seus dois acionistas.

a. FORNECIMENTO BRUTO DE ENERGIA ELÉTRICA

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores para controladora e consolidado, é a seguinte:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2024	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2023
Industrial ou equivalente	142.737	146.447	181.872	180.146
Suprimento geração para terceiros	9.178	15.558	9.178	15.558
Suprimento a outras concessionárias	141.368	147.957	151.076	152.119
	293.283	309.962	342.126	347.823

b. IMPOSTOS E ENCARGOS INCIDENTES SOBRE AS RECEITAS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2024	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2023
Tributos sobre a receita				
PIS	(4.914)	(5.115)	(5.304)	(5.399)
COFINS	(22.635)	(23.559)	(24.431)	(24.871)
ICMS - substituição tributária / (b.1)	-	(3.016)	(4.306)	(7.494)
ISS	(24)	(15)	(23)	(15)
	(27.573)	(31.705)	(34.064)	(37.779)
Encargos do consumidor				
Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos	(9.988)	(8.472)	(9.988)	(8.472)
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica	(1.194)	(1.098)	(1.444)	(1.265)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico	(1.029)	(1.073)	(1.029)	(1.073)
Pesquisa expansão sistema energético – MME	(513)	(536)	(514)	(537)
Pesquisa e desenvolvimento	(1.029)	(1.073)	(1.029)	(1.073)
	(13.753)	(12.252)	(14.004)	(12.420)
	(41.326)	(43.957)	(48.068)	(50.199)

b.1 O ICMS “substituição tributária” incide quando a energia comercializada é vendida com a finalidade de consumo por destinatário localizado em unidade da federação diferente daquela que Companhia se encontra.

17 | Custos e despesas operacionais

A composição dos custos e das despesas operacionais da Companhia é conforme segue:

a. CUSTOS OPERACIONAIS

Descrição	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2024	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2023
Depreciação e amortização	(32.845)	(32.625)	(50.131)	(44.924)
Encargos de uso da rede básica de transmissão	(17.912)	(17.053)	(22.212)	(21.138)
Serviços de terceiros	(10.362)	(7.612)	(14.991)	(11.544)
Pessoal	(10.120)	(8.343)	(10.134)	(8.343)
Prêmio do risco hidrológico	(3.609)	(3.417)	(3.609)	(3.417)
Energia elétrica comprada para revenda	(2.328)	(21.793)	(8.844)	(23.680)
Repasso repactuação do Risco Hidrológico	(1.079)	(931)	(1.079)	(931)
Materiais	(614)	(402)	(617)	(416)
Outros custos operacionais	(1.838)	(2.036)	(3.052)	(1.845)
	(80.707)	(94.212)	(114.669)	(116.238)

b. DESPESAS OPERACIONAIS

Descrição	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2024	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2023
Pessoal	(4.607)	(4.818)	(4.607)	(4.818)
Serviços de terceiros	(3.481)	(3.049)	(4.127)	(3.173)
Participação dos empregados no resultado	(1.027)	(408)	(1.027)	(408)
Contingências	(999)	(297)	(1.011)	(298)
Depreciação e amortização	(98)	(54)	(100)	(61)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	(414)	(1.031)	(651)	(1.431)
	(10.626)	(9.657)	(11.523)	(10.189)
Resultado de equivalência patrimonial	4.648	5.816	-	-
Amortização do ágio	(74)	(74)	-	-
	4.574	5.742	-	-
	(6.052)	(3.915)	(11.523)	(10.189)

18 | Receitas e despesas financeiras

A composição do resultado financeiro para controladora e consolidado é conforme segue:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2024	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2023
Receitas financeiras				
Renda de aplicação financeira	8.832	13.843	12.649	16.734
Outras	206	939	281	994
	9.038	14.782	12.930	17.728
Despesas financeiras				
Encargos financeiros - concessões a pagar	(24.315)	(26.844)	(24.315)	(26.844)
Encargos financeiros - compromissos futuros	(2.432)	(2.563)	(3.015)	(2.905)
Encargos de financiamentos e debêntures	(26.087)	(18.336)	(30.102)	(22.930)
Outras	(722)	(196)	(1.190)	(480)
	(53.556)	(47.939)	(58.622)	(53.159)
	(44.518)	(33.157)	(45.692)	(35.431)

19 | Transações com partes relacionadas

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

	Centrais Eólicas		Grupo Vale		Grupo Cemig		TOTAL	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Contas a receber								
Venda de energia (i)	-	-	49.975	65.720	16.558	19.433	66.533	85.153
Serviços de backoffice	530	462	-	-	-	-	530	462
Acerto de contingências passivas (iii)	-	-	111.717	108.050	59.295	57.835	171.012	165.885
Adiantamento futuro aumento de capital (vi)	144.808	518.033	-	-	-	-	144.808	518.033
Dividendos a receber (v)	30.998	27.794	-	-	-	-	30.998	27.794
Contas a pagar								
Serviços de O&M (iv)	-	-	31	97	863	467	894	564
Dividendos a pagar (v)	-	-	102.533	102.533	83.890	83.890	186.423	186.423
TUSD ¹ / TUST ²	-	-	-	-	3.533	3.458	3.533	3.458
Outros valores a pagar (iii)	12	-	112	-	-	-	124	-
	Centrais Eólicas		Grupo Vale		Grupo Cemig		TOTAL	

	31/03/2024	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2023
Resultado								
Receita com venda de energia (i)	-	-	146.700	146.464	49.877	49.246	196.577	195.710
Receita com serviços de backoffice	409	248	-	-	-	-	409	248
TUSD ¹ / TUST ²	-	-	-	-	(11.177)	(11.716)	(11.177)	(11.716)
Custo com O&M (iv)	-	-	(31)	-	(1.463)	(1.453)	(1.494)	(1.453)
Compra de energia(i)	(16)	-	-	-	(54)	-	(70)	-
Outras despesas	-	-	(298)	(729)	(2)	-	(300)	(729)
Recuperação de despesas ((ii))	60	509	-	-	-	-	60	509

¹ Tarifa pela utilização do sistema de distribuição

² Tarifa pela utilização do sistema de transmissão

As principais transações com partes relacionadas referem-se a: (i) operações com venda e compra energia elétrica através de contrato com suas acionistas; (ii) despesas compartilhadas entre a Companhia e as Centrais Eólicas; (iii) despesas com contingências relacionadas a causas que têm como fato gerador ocorrido antes do aporte dos ativos; (iv) serviços de operação e manutenção; (v) dividendos a pagar e receber; e (vi) adiantamento para futuro aumento de capital das Centrais Eólicas Acauãs.

As transações entre partes relacionadas foram estabelecidas com base em condições negociadas entre as partes.

Remuneração do pessoal-chave da Companhia

Para o período findo em 31 de março de 2024, a remuneração do pessoal-chave da administração, que contempla pagamentos a diretores e gerentes que desempenham funções de diretoria nos consórcios, totalizou R\$2.837 (R\$2.719 em 31 de março de 2023), incluindo pró-labore, salários e benefícios. Esse valor está registrado no resultado na rubrica de despesas gerais e administrativas.

20 | Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

A Administração reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é VJR (Valor justo por meio do resultado), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação.

A Administração desprende um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou em que a Companhia não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e não detém o controle do ativo financeiro.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") ou ao valor justo por meio do resultado ("VJR") com base tanto:

- (a) no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto
- (b) nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

O Grupo mensura o ativo financeiro ao custo amortizado quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

O Grupo mensura o ativo financeiro ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Entretanto, no reconhecimento inicial, o Grupo pode irrevogavelmente designar um ativo financeiro que, de outra forma, satisfaz os requisitos para serem mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR, se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma poderia surgir.

Os ativos financeiros não são reclassificados após seu reconhecimento inicial, a menos que a Companhia altere seu modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, caso em que todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do primeiro exercício subsequente à mudança no modelo de negócios.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Despesas com juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

O Grupo despreconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são baixadas ou canceladas ou expiram.

No despreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação de saldos (“offsetting”)

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem um direito legal de compensar os valores e pretende liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os instrumentos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente ao valor justo e mensurados de acordo com as classificações abaixo:

Ativos e passivos avaliados ao custo amortizado

- **Ativos financeiros:** encontram-se nesta categoria caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, outros valores a receber e outros valores a receber de partes relacionadas. São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos;
- **Passivos financeiros:** encontram-se nesta categoria os fornecedores, financiamentos e debêntures, arrendamentos e obrigações com concessões a pagar. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva.

A Companhia considerou o valor justo de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, outros valores a receber, dividendos a receber, outros valores a receber de partes relacionadas, fornecedores, financiamentos e debêntures, arrendamentos, dividendos a pagar e concessões a pagar como próximos aos seus valores contábeis em razão da natureza e características desses instrumentos.

Categoria dos instrumentos financeiros

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Ativos financeiros:				
Custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	155.130	270.672	283.891	381.823
Aplicações financeiras	206.244	82.248	232.618	108.255
Contas a receber	114.933	133.927	131.498	151.967
Outros valores a receber	14.462	16.079	16.284	19.122
Dividendos a receber	30.998	27.794	-	-
Outros valores a receber de partes relacionadas	171.012	165.885	171.012	165.977
	692.779	696.605	835.303	827.144
Passivos financeiros:				
Custo amortizado				
Fornecedores	14.899	42.108	49.682	76.371
Financiamentos e debêntures	1.178.296	1.169.989	1.355.434	1.349.783
Arrendamentos	2.334	2.895	21.902	23.282
Dividendos a pagar	186.423	186.423	186.423	186.423
Concessões a pagar	253.889	258.483	253.889	258.483
	1.635.841	1.659.898	1.867.330	1.894.342

Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Nas operações envolvendo instrumentos financeiros somente foram identificadas diferenças relevantes entre os valores apresentados no balanço patrimonial e os respectivos valores de mercado nos instrumentos financeiros abaixo apresentados. Essas diferenças ocorrem principalmente em virtude desses instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

	CONTROLADORA			
	31/03/2024		31/12/2023	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Passivos financeiros:				
Custo amortizado				
Concessões a pagar	253.889	265.517	258.483	272.131
Financiamentos e debêntures	1.178.296	1.178.296	1.169.989	1.169.989
	1.432.185	1.443.813	1.428.472	1.442.120
CONSOLIDADO				
31/03/2024		31/12/2023		
Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo	
Passivos financeiros:				
Custo amortizado				
Concessões a pagar	253.889	265.517	258.483	272.131
Financiamentos e debêntures	1.355.434	1.325.964	1.349.783	1.318.783
	1.609.323	1.591.481	1.608.266	1.590.914

Métodos e técnicas de avaliação

A Companhia entende que valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil. Assim, como os saldos de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras mantidas até o vencimento, entende-se que o seu valor justo é similar ao valor contábil registrado, pois estes têm taxas de juros indexadas à curva DI (Depósitos Interfinanceiros) que reflete as variações das condições de mercado.

Para os financiamentos, arrendamentos e concessões a pagar, a Companhia mensura o valor justo através do valor presente dos fluxos projetados considerando as características contratuais de cada operação. A metodologia adotada consiste em calcular o valor presente dos fluxos futuros das dívidas.

Risco de taxas de câmbio

A Companhia não possui saldos em moedas estrangeiras relevantes, ou mesmo quaisquer direitos e/ou compromissos indexados à variação cambial.

Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de elevação da taxa de juros, em 31 de março de 2024. Esta exposição ocorre em função do passivo de Financiamentos e Debêntures (Nota nº 11) indexado à variação do CDI e TJLP.

As aplicações financeiras da Companhia foram alocadas em CDBs, rentabilizadas pelos CDI, reduzindo a exposição líquida em 31 de março de 2024.

Adicionalmente, a totalidade dos contratos de venda de energia em vigor possui cláusula de reajuste inflacionário, com aplicação de IPCA, o que representa um *hedge* natural de longo prazo para as dívidas e as obrigações indexadas a índices atrelados à aceleração inflacionária, caso das dívidas vinculadas ao CDI e TJLP.

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de elevação da taxa de juros mais relevante, os consultores econômicos da Companhia estimam que, em um cenário provável em 31 de março de 2024, a TJLP acumulada para os empréstimos será de 6,53%, IPCA de 3,82% e o CDI acumulado será de 9,05% para as aplicações financeiras e empréstimos. A Companhia realizou uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma elevação na taxa CDI de 25% e 50% em relação ao cenário base, considerados como Cenário I e II, respectivamente, para controladora e consolidado.

a. CONTROLADORA:

	31/03/2024			
	Valor Contábil	Cenário Base CDI 9,05%	Cenário I CDI 11,31%	Cenário II CDI 13,58%
Ativo				
Aplicações financeiras (nota explicativa nº 3 e 4)	361.220	393.910	402.074	410.274
Ativo exposto	361.220	393.910	402.074	410.274
Efeito no resultado		32.690	40.854	49.054

	31/03/2024			
	Valor Contábil	Cenário Base IPCA 3,82%	Cenário I IPCA 4,78%	Cenário II IPCA 5,73%
Passivo				
Debêntures (nota explicativa nº 12)	(1.178.296)	(1.223.307)	(1.234.619)	(1.245.812)
Passivo exposto	(1.178.296)	(1.223.307)	(1.234.619)	(1.245.812)
Efeito no resultado		(45.011)	(56.323)	(67.516)
Efeito líquido da variação no resultado		(12.321)	(15.469)	(18.462)

b. CONSOLIDADO:

Descriptivo	31/03/2024			
	Valor Contábil	Cenário Base CDI 9,05%	Cenário I CDI 11,31%	Cenário II CDI 13,58%
Ativo				
Aplicações financeiras (nota explicativa nº 3 e 4)	516.355	563.085	574.755	586.476
Ativo exposto	516.355	563.085	574.755	586.476
Efeito no resultado		46.730	58.400	70.121
Descriptivo	31/03/2024			
	Valor Contábil	Cenário Base IPCA 3,82%	Cenário I IPCA 4,78%	Cenário II IPCA 5,73%
Passivo				
Debêntures (nota explicativa nº 12)	(1.178.296)	(1.223.307)	(1.234.619)	(1.245.812)
Passivo exposto	(1.178.296)	(1.223.307)	(1.234.619)	(1.245.812)
Efeito no resultado		(45.011)	(56.323)	(67.516)
Descriptivo	31/03/2024			
	Valor Contábil	Cenário Base TJLP 6,53%	Cenário I TJLP 8,16%	Cenário II TJLP 9,80%
Passivo				
Finem BNDES (nota explicativa nº 12)	(177.138)	(188.705)	(191.592)	(194.498)
Passivo exposto	(177.138)	(188.705)	(191.592)	(194.498)
Efeito no resultado		(11.567)	(14.454)	(17.360)
Efeito líquido da variação no resultado		(9.848)	(12.377)	(14.755)

Risco de elevação da inflação

A Companhia está exposta ao risco de elevação da inflação, em 31 de março 2024. Esta exposição ocorre em função do passivo de Concessões a pagar (Nota nº 11) indexado à variação do IGP-M.

- Análise de sensibilidade**

No que se refere ao risco de elevação da inflação mais relevante, os consultores econômicos da Companhia estimam que, em um cenário provável em 31 de março de 2024, a taxa IGP-M anualizada será de 3,05%. A Companhia realizou uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma elevação de 25% e 50% em relação ao cenário base, considerados como Cenário I e II, respectivamente, para controladora e consolidado.

RISCO - ELEVAÇÃO DA INFLAÇÃO	31/03/2024			
	Valor Contábil	Cenário Base IGP-M 3,05%	Cenário I IGP-M 3,81%	Cenário II IGP-M 4,58%
Passivo				
Concessões a pagar (nota explicativa no 11)	(253.889)	(261.633)	(263.562)	(265.517)
Passivo líquido exposto	(253.889)	(261.633)	(263.562)	(265.517)
Efeito líquido da variação do IGP-M no resultado		(7.744)	(9.673)	(11.628)

Risco de liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Aliança administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu fluxo de caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das operações, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos manejando seus recursos em instituições financeiras de primeira linha, aplicados diretamente em CDBs ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com dívidas pactuadas com fornecedores, empréstimos e concessões a pagar, pós e pré-fixadas, incluindo os juros futuros até a data dos vencimentos contratuais, para controladora e consolidado, podem ser observadas na tabela abaixo:

CONTROLADORA	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos financeiros à taxa de juros:					
- Pós-Fixadas					
Fornecedores	15.469	-	-	-	15.469
Financiamentos e debêntures	20.536	59.019	517.210	627.071	1.223.837
Arrendamentos	380	793	1.250	-	2.423
Dividendos a pagar	-	186.423	-	-	186.423
Concessões a pagar	10.645	30.387	128.929	83.928	253.889
	47.030	276.622	647.389	710.999	1.682.040
CONSOLIDADO	De 1 a 3 Meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos financeiros à taxa de juros:					
- Pós-Fixadas					
Fornecedores	51.582	-	-	-	51.582
Financiamentos e debêntures	23.714	68.554	610.284	698.429	1.400.982
Arrendamentos	880	2.237	7.599	13.085	23.801
Dividendos a pagar	-	186.423	-	-	186.423
Concessões a pagar	10.645	30.387	128.929	83.928	253.889
	86.821	287.601	746.812	795.442	1.916.676

Risco de aceleração do vencimento de dívidas

A Companhia possui contratos de financiamentos e debêntures com cláusulas restritivas (covenants), normalmente aplicáveis às operações dessa natureza, relacionadas ao atingimento de indicadores de desempenho financeiro. Caso a Companhia não atenda a alguma destas cláusulas, as dívidas poderão ter seus respectivos vencimentos adiantados. Em 31 de março de 2024, a Companhia cumpriu todas as cláusulas restritivas de seus contratos (Nota 12 - Financiamentos e debêntures).

Risco de crédito

Atualmente, os recebíveis da Companhia advêm de contratos firmados no mercado regulado, de volume de venda de energia realizada com seus acionistas (partes relacionadas) ou da liquidação no mercado de curto prazo. A liquidação dos contratos no mercado regulado é lastrada por um forte arcabouço regulatório que impõe rígidas sanções às distribuidoras inadimplentes. Na liquidação do contrato de venda de energia com acionistas entende-se que o risco de crédito é

mitigado pelo interesse intrínseco da parte envolvida. Com relação às liquidações no mercado de curto prazo, o controle é feito pela própria CCEE que centraliza as operações dos principais agentes setoriais.

Dessa forma, o risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento, buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores.

Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, advindas da decretação de insolvência de instituição financeira em que mantenha depósitos é baixa, haja visto que a Companhia investe apenas em instituições de primeira linha e realiza uma criteriosa análise do risco associado a estas instituições, bem como ao risco associado aos produtos financeiros nos quais aplica.

A Companhia tem acesso às avaliações de risco de seus acionistas no que diz respeito às contrapartes de instituições financeiras, estas análises são também realizadas com base nas políticas internas aprovadas pelos seus respectivos fóruns de definição de estratégias para gerenciamento dos riscos financeiros.

A Companhia avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI. A Companhia não realiza operações que incorporem risco de volatilidade em suas demonstrações financeiras intermediárias condensadas.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco de crédito é a seguinte:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2024	31/12/2023	31/03/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa	155.130	270.672	283.891	381.823
Aplicações financeiras	206.244	82.248	232.618	108.255
Contas a receber	114.933	133.927	131.498	151.967
Outros valores a receber	14.462	16.079	16.284	19.122
Total da exposição	490.769	502.926	664.291	661.167

Riscos de concentração de clientes

Atualmente, parte substancial de suas vendas estão concentradas em seus dois acionistas.

Riscos hidrológicos

O suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) é realizado, na sua maior parte, por usinas hidrelétricas. Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado e centralizado pelo ONS, cada usina hidrelétrica, incluindo as da Companhia, está sujeita a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do país.

A ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis, em conjunto com a obrigação de entrega da energia contratada, poderá resultar em uma exposição da Companhia ao mercado de energia de curto prazo, o que afetaria seus resultados financeiros futuros. Entretanto, com exceção da Usina de Candonga, a totalidade da capacidade de geração hidrelétrica da Companhia está inserida no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), que mitiga parte do risco hidrológico, alocando-o entre todas as usinas vinculadas ao MRE. Adicionalmente, em 8 de dezembro de 2015 a Companhia optou por repactuar o risco hidrológico para os seus contratos firmados no ACR.

Em 01 de dezembro de 2020, foi editada a Resolução Normativa Aneel nº 895 que estabelece a metodologia para o cálculo da compensação e os procedimentos para a repactuação do risco hidrológico, substituída pela Resolução Normativa Aneel nº 1.035, de 26 de julho de 2022 que consolida os atos regulatórios relativos à metodologia para cálculo da compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, nos termos da Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015, alterada pela Lei nº 14.052, de 8 de setembro de 2020.

Para serem elegíveis às compensações previstas na Lei nº 14.052, os titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE deverão: (i) desistir da ação judicial cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE; (ii) renunciar qualquer alegação e/ou novas ações em relação à isenção ou mitigação dos riscos hidrológicos relacionados ao MRE; e (iii) não ter repactuado o risco hidrológico.

A Companhia não possui ações de compensação abrangidas no item (i) acima e nem teve o risco hidrológico da parcela de energia abrangida pela Lei repactuado, assim é elegível à compensação prevista. Portanto, a Companhia após decisão do Conselho, em setembro de 2021, aderiu a repactuação para todas as usinas, exceto Porto Estrela e Capim Branco II.

21 | Cobertura de seguros

a. SEGURO DE VIDA

A Companhia possui a política de seguro de vida a todos os seus funcionários, onde o custo é totalmente pago pela Companhia.

b. SEGURO SAÚDE

O seguro saúde é oferecido aos funcionários, de acordo com os critérios definidos na política da Companhia, com a contribuição da maior parte do custo no plano completo. O plano de saúde oferecido abrange colaboradores e seus dependentes. Em 31 de março de 2024, os valores correspondentes ao custo de Seguro Saúde pagos pela Companhia foram de R\$501 (R\$890 em 31 de março de 2023).

c. SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL E RISCO OPERACIONAL

A Companhia contratou cobertura de seguro de responsabilidade civil e para risco operacional nos montantes de R\$30.000 e R\$707.259, respectivamente. A vigência das citadas apólices é até 21 de março de 2025.

22 | Compromissos

Em 31 de março de 2024, as controladas da Companhia possuem os seguintes compromissos assumidos, sendo todos integralmente referentes à implantação do Projeto Eólico Santo Inácio:

Contrato de operação e manutenção (O&M)

A Companhia assinou um contrato para operação e manutenção de seus aerogeradores por dez anos, o qual resultará em uma despesa total de R\$79.686 em 31 de março de 2024 (R\$82.630 em 31 de dezembro de 2023).

Contrato de arrendamento

Ademais, a Companhia possui ainda contratos de arrendamento com os proprietários das terras onde seus ativos estão implementados, estes arrendamentos preveem o pagamento de 1,5% da receita líquida dos aerogeradores implantados no terreno do arrendatário. A expectativa de desembolsos com a referida obrigação é: Santo Inácio III no valor de R\$10.566; Santo Inácio IV no valor de R\$8.015; Garrote no valor de R\$8.015; São Raimundo no valor de R\$8.380; e Gravier R\$13.335.

Balanço energético a longo prazo

De acordo com os dados acerca da garantia física e dos contratos de compra e venda em vigor, demonstramos abaixo o balanço energético da Companhia e suas controladas e a capacidade de contratação nos próximos 5 anos:

	MW médios				
	2024	2025	2026	2027	2028
Garantia Física	762,02	762,02	762,02	762,02	762,02
Garantia Física no CG	740,28	740,28	740,28	740,28	740,28
Contratos de Compra	60,14	28,00	16,00	-	-
Contratos de Venda	687,53	687,53	687,53	687,53	687,53
Distribuidor	25,06%	25,06%	25,06%	25,06%	25,06%
Autoprodutor	65,65%	65,65%	65,65%	65,65%	65,65%
Gerador	9,28%	9,28%	9,28%	9,28%	9,28%
Comercializador	-	-	-	-	-
Total Contratado	85,90%	89,49%	90,91%	92,87%	92,87%

A Companhia considerou as seguintes premissas:

- Os CCEARs das usinas da Companhia são provenientes do 2º LEN (Aimorés e Porto Estrela) e 5º LEN (Funil);
- A UHE Risoleta Neves em operação plena; e
- Foram considerados os contratos de compra e venda firmados até março 2024 para todo o horizonte.

23 | Informações complementares ao fluxo de caixa

As principais transações complementares ao fluxo de caixa foram as seguintes:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/03/2024	31/03/2023	31/03/2024	31/03/2023
Dividendos a receber (1)	3.204	-	-	-
Juros capitalizados (3)	9.438	11.178	9.438	11.178
	12.642	11.178	9.438	11.178

- 1) Valores a receber das Centrais Eólicas São Raimundo e Gravier; e
- 2) Juros capitalizados da Central Eólica Acauã I.

24 | Eventos subsequentes

a. Pagamento de dividendos

Em 15 de maio 2024 a Companhia realizou pagamentos de dividendos no montante de R\$62.141.

DIRETORIA

Cibele Soares Dias dos Anjos
 Diretora de Comercialização e de Engenharia

Carlos Augusto Pavanelli Lopes Filho
 Diretor de Operações

RESPONSÁVEL TÉCNICO

Rafael Lisboa Fernandes
 Contador CRC/MG - 105611/O-3

PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

A Aliança Energia garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Artigo 10, § 1º, da MP nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

Confira o documento original através de seu smartphone:



Confira através da internet:

Passo 1 - Acesse o site:

<https://assinarweb.com.br/alianca/verificar>

Passo 2 - Digite o login: 0330894

Passo 3 - Digite a senha: g9HBuaq9